

GOVERNO BOLSONARISTA (2019-2022): APROXIMAÇÕES AO AI-5 (1968-1978) E O DIRECIONAMENTO GRUPAL IDEOLÓGICO

[BOLSONARIST GOVERNMENT (2019-2022): APPROACHES TO THE AI-5 (1968-1978) AND THE GROUP IDEOLOGICAL DIRECTION]

Henrique Streit¹
Agemir Bavaresco²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO: A pesquisa trata de aproximações e diferenças entre o regime militar no período de vigência do Ato Institucional N° 5 (AI-5), de 1968 a 1978, e o governo bolsonarista, de 2019 a 2022. O objetivo é identificar quais fenômenos, movimentos populares e medidas dos governos se assemelham ou diferem dentre os períodos analisados, e quais os impactos à mente humana intersubjetiva. Quais estratégias os dois governos adotaram, junto aos movimentos grupais ideológicos, para articular ideologias extremistas que direcionaram motivações pessoais e de que forma estas estratégias causam potenciais impactos às determinações de identidade social? Quais as características que estruturam estes grupos nocivos à identidade humana e à capacidade de fazer escolhas do indivíduo? Os referenciais teóricos avaliam diferentes perspectivas em vertentes da psicologia: psicanálise; psicologia cognitivo-comportamental; psicologia dos grupos. Descreve-se, primeiramente, a contextualização histórica do período de vigência do AI-5 e o governo bolsonarista, apresentando as aproximações e diferenças entre os dois fenômenos. Depois, avalia-se como o vínculo grupal pode direcionar a identidade, capacidade de escolhas e autonomia singular - a partir de diferentes concepções da psicologia. Por fim, se estabelecem as aproximações dos constructos psicológicos sob a realidade imposta no período de governo bolsonarista. O tema assume relevância pela sua contribuição de análise à condição e existência humana em meio a grupos e governos que limitam a totalidade da consciência e da autonomia relacional. Tem atualidade para responsabilidades políticas em respeito a singularidade intersubjetiva e a dignidade humana, além da compreensão de como o atual fenômeno das fake news é fortalecido meio a um grupo ideológico dependente e manipulado, e como este grupo confere o valor de um político enquanto um ser messiânico, em uma visão enviesada da realidade.

PALAVRAS-CHAVES: Regime Militar; Governo Bolsonaro; Identidade Trabalhista; Dominação Psicossocial; Direcionamento Grupal.

ABSTRACT: This research explores the similarities and differences between the military regime during the period of the Institutional Act No. 5 (AI-5) from 1968 to 1978 and the Bolsonaroist government from 2019 to 2022. The study aims to identify phenomena, popular movements, and government policies that either align or diverge between these periods, focusing on their impact on interpersonal human consciousness. The research investigates the strategies employed by both governments, in conjunction with ideological group movements, to articulate extremist ideologies that steer personal motivations. It also examines how these strategies potentially affect social identity determinations. The study delves into the characteristics that define these groups detrimental to human identity and individual decision-making abilities. The theoretical framework encompasses various perspectives from the field of psychology: psychoanalysis, cognitive-behavioral psychology, and group psychology. The research begins by providing a historical context of the AI-5 period and the Bolsonaroist government, highlighting the similarities and differences between these phenomena. It then evaluates how group affiliations can invalidate individual identity, choice-making abilities, and singular autonomy, drawing from diverse psychological viewpoints. Finally, the study establishes connections between psychological constructs and the reality imposed during the Bolsonaroist government. This research is significant for its contribution to the analysis of the human condition within contexts where groups and governments limit individual consciousness and relational autonomy. It holds contemporary relevance for political responsibilities concerning interpersonal uniqueness and human dignity. Additionally, it offers insights into how the current phenomenon of fake news is strengthened within a dependent and manipulated ideological group, shaping a biased perception of reality, and how this group confers messianic attributes upon a political figure.

KEYWORDS: Military Regime; Bolsonaro Government; Work Identity; Psychosocial Domination; Group Direction.

1 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: contacthenriquestreit@gmail.com

2 Professor do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).. E-mail: abavaresco@puers.br

INTRODUÇÃO

226

AUFKLÄRUNG, João Pessoa, v.12, n.3, Dez., 2025, p.225-244

A pesquisa sobre o “Governo bolsonarista (2019-2022): Aproximações ao AI-5 (1968-1978) e o direcionamento grupal ideológico” é uma continuação de um projeto de explicitação das contradições que estão implícitas na mente intersubjetiva dos cidadãos brasileiros. Os fatos políticos inserem-se nesse caudal histórico e exploram o que há de mais vil no ser humano para dominação das massas e das mentes dos sujeitos através de estratégias de dominação.

Os objetivos são explicitar semelhanças e diferenças no processo de dominação e extremismos nos dois períodos analisados; explicar como a dominação e o fundamentalismo de extrema-direita interferem na individuação humana a fim de diagnosticar tais impactos nas mentes intersubjetivas; analisar como o sentimento de pertencimento e de identidade interferem na mente, para constatar sua relação político-ideológica; estudar como esse processo se desenvolve a partir de movimentos inconscientes e lógicas de crenças limitantes da mente, conforme os vieses da Psicanálise, Psicologia Cognitivo-Comportamental e a Psicologia dos Grupos, relacionando estas teorias com os acontecimentos do período de governo Bolsonaro.

Para isso, usaremos como referência o constructo dos autores Sigmund Freud, da Psicanálise, a partir de seu livro *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, Leon Festinger, da *Psicologia Cognitivo-Comportamental*, e sua teoria sobre a dissonância cognitiva, por fim, Wilfred Bion, da *Psicologia dos Grupos*, e seu conceito de “grupos de pressupostos básicos” presente em suas pesquisas sobre formação e fenômenos de grupos.

Primeiramente, examinam-se os eventos históricos e as estruturas políticas nos períodos do AI-5 e do governo Bolsonaro, destacando convergências e divergências. Depois, investiga-se como o pertencimento grupal pode afetar a identidade individual e a capacidade de autonomia e escolha, a partir de vertentes da Psicologia. Por fim, apresentam-se os resultados e implicações dos construtos psicológicos no contexto do governo bolsonarista, destacando os perigos do controle ideológico e da devoção grupal, bem como suas consequências para a consciência individual e coletiva.

A pesquisa usa o método bibliográfico hermenêutico por meio de referenciais interdisciplinares em política, economia, história e psicologia. O caráter exploratório permitirá a identificação de novas conexões entre os períodos históricos e uma análise dos impactos político-econômicos nas dinâmicas de poder e na consciência coletiva, como a posição de assujeitamento, dependência e perda da autoconsciência àquele imerso ao pertencimento de grupos de apoio político-ideológicos, onde valida-se, inconclusivamente, um ideal limitante de pertencimento, trabalho e produtividade.

A relevância deste estudo reside na compreensão dos danos causados pela limitação imposta pelos grupos, bem como na análise das consequências

psicológicas da manipulação ideológica. Além disso, a pesquisa destaca as violações dos direitos humanos e a deterioração da identidade e consciência individuais, causadas pela adesão a ideologias extremistas e limitantes. Analisamos deste período em respeito a todos os falecidos por COVID-19, para que governos despreparados e despreocupados com a saúde da nação não mais possuam voz à incontáveis mortes.

1 – DITADURA CIVIL-MILITAR, IMPLEMENTAÇÃO DO AI-5 (1968-1978) E GOVERNO BOLSONARISTA (2019-2022): PRÁTICAS SEMELHANTES EM CONTEXTOS DIFERENTES

a) Ideologia política opressiva e o aumento da violência

A ditadura civil-militar no Brasil foi marcada por um posicionamento político-ideológico de extrema direita, onde se saudou o patriotismo exacerbado, a relevância da presença incisiva da força militar e o medo e terror que acompanhou a licitude das práticas de tortura e perseguição - o que hoje relaciona-se ao termo “terrorismo de Estado”. Representou um dos momentos de maior violação aos direitos humanos - básicos e necessários, do povo brasileiro, adentrando o direito de ir e vir, à saúde e à dignidade.

O Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em particular, tornou-se um símbolo desse período sombrio da história do Brasil, permitindo a supressão de direitos civis e políticos e a concentração de poder nas mãos do governo militar. Segundo Antunes e Ridenti:

Em 13 de dezembro de 1968, a ditadura militar [...] decretou o Ato Institucional número 5 (AI-5), conhecido como “o golpe dentro do golpe”. Oficializou-se o terrorismo de Estado, que prevaleceria até meados dos anos 70. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais foram colocados temporariamente em recesso e o governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos etc. (ANTUNES e RIDENTI, 2007, p. 87).

O AI-5, além de facilitar prisões arbitrárias, ilegais e sem a presença de mandatos ou justificativas prévias, suspendeu o habeas corpus, impossibilitando qualquer brasileiro encarcerado de reivindicar a sua posição enquanto um prisioneiro ilegal. Também facilitou a organização da prática da tortura, por meio da criação do DOI-CODI – órgão subordinado ao Exército que cumpria com a função da inteligência e captura daqueles que representassem possíveis ameaças, e a função do exercer da prática da tortura aos capturados, como por exemplo, afogamentos, choques elétricos, espancamentos, sufocamentos em sacos plásticos, telefone, pau de arara, dentre outros (ver STREIT e BAVARESCO, 2023, p. 13 e 14). Como

evidenciado na pesquisa passada, segundo dados da Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi levantado um número de 114 mortos torturados e 210 desaparecidos.

O governo Bolsonaro incorporou características semelhantes, como o mesmo posicionamento político-ideológico, saudou a relevância da força militar, por exemplo, através do próprio discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro que homenageou o ex-chefe do órgão DOI-CODI, Coronel Brilhante Ustra, enquanto um “herói nacional”, no dia 08/08/2019 - fala que foi televisionada em programação aberta. Evidencia-se também pelo fato de que o governo Bolsonaro possuiu 11 ministros militares ocupando alas executivas e legislativas (um número maior do que existiu em momentos da ditadura civil-militar brasileira), além de receber apoio das forças militares, como no regime militar.

Durante este período, também houve aumento significativo da violência e repressão policial - a relevância e poder transmitidos às forças de defesa transcorreu também em aumentos significativos em dados e registros de mortes por intervenções policiais no país. A respeito deste crescente, esclarecem Silva e Bizerra:

O número de mortes em decorrência de intervenções policiais no Brasil é assombroso. Temos a polícia que mais mata no mundo. Em 2019, 2.397 pessoas foram assinadas por policiais ativos. Somente no primeiro semestre de 2020, em pleno pico de disseminação do novo coronavírus, esse número foi de 3.148 pessoas, [...] um aumento de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior (SILVA e BIZERRA, 2021, p. 89)

Em soma a esses dados, o Instituto de Segurança Pública (ISP) demonstrou que, no Estado do Rio de Janeiro, houve um aumento de 23% nos casos de mortes em intervenções policiais em 2019, apenas no primeiro semestre do governo de Jair Bolsonaro. Esse aumento resultou em 1.814 mortes causadas pela polícia, sendo alarmante o fato de que 89% das vítimas eram pessoas negras.

Além do aumento de mortos, também foi observado um significativo aumento do abuso da força policial e da violação dos direitos humanos. Um exemplo ocorreu durante o ato contra o Bolsonaro, em 29 de maio de 2021, em Recife (PE), no qual dois manifestantes foram atingidos por balas de borracha à queima roupa pela Polícia Militar e ambos tiveram lesões permanentes, perdendo completamente a visão de um dos olhos. Evidencia-se o significativo aumento de discriminação, violência, humilhação e perseguição por parte de agentes repressivos de segurança à comunidade LGBTQIAPN+, intensificada pela abertura ao militarismo e posicionamentos ideológicos intolerantes.

Apresenta-se a opressão e desconsideração à dignidade das comunidades indígenas, iniciando por medidas que impossibilitaram o reconhecimento e indenização de territórios quilombolas, a partir do seu primeiro ano de candidatura. Houve também a abertura e expansão da prática do garimpo, principalmente na região da Amazônia, por meio do Projeto Lei nº 191/2020. Desta forma, em 2021, meio ao cenário de pandemia mundial,

foi registrada a maior expansão garimpeira dos últimos 36 anos no país, alcançando a marcação de 15 mil hectares. A realização desta atividade ecoou na morte de milhares de indígenas que contraíram a COVID-19 por transmissão de garimpeiros que trouxeram o vírus das cidades, além da contração de outras doenças ocasionadas pelo veneno e toxicidade que acompanham esta prática e que confluíram para a água e as minerações indígenas. Em vez de cessar com as atividades genocidas, o ex-presidente facilitou-as no ano de 2022, por meio dos decretos nº 10.965/2022 e nº 10.966/2022.

b) Manipulação de informações e alienação dos grupos de apoio

Características que aproximaram os dois governos e os ideais defendidos pelos seus grupos de apoio, foram: o patriotismo, a defesa a família (heteronormatividade), a religiosidade, ideais anticomunistas, a valorização do pertencimento trabalhista ideológico, adentrando, o valor social do trabalho.

Uma diferenciação dentre ambos os períodos, diz respeito a figura do presidente e influência para com seus grupos de apoio. No período da ditadura meio ao AI-5, o nome, a figura, as opiniões, a identidade e a vida pessoal do presidente não possuía um valor determinante pois era de maior importância a representatividade de poder, posicionamento e influência enquanto um líder militar e autoritário, avaliando, inclusive, o cenário de guerra fria mundial. A candidatura era realizada de maneira indireta e em uma maior consideração às decisões militares em relação as escolhas dos civis, influenciando em um menor envolvimento direto e pessoal por parte do povo.

O governo Bolsonaro, por outro lado, foi marcado pelo extremo oposto, onde a imagem do ex-presidente havia sido fortalecida desde os anos de 2014 e 2015, propagada por mídias sociais como Facebook, WhatsApp e Instagram, associando-o enquanto um político que possuía opiniões radicais, incisivas, em uma desconsideração aos direitos humanos e que agrediam àqueles com opiniões contrárias em debates. As opiniões polêmicas disseram respeito a propagação de ódio contra infratores e a favor do armamentismo, contra direitos à população LGBTQIAPN+, contra a existência e o crescimento de reservas indígenas, propostas políticas contra a educação e psicoeducação sexual em escolas de ensino fundamental e médio, dentre outras. Desta forma, quanto mais próximo das eleições do ano de 2018, mais cresceram os grupos de apoio que associaram Bolsonaro enquanto um “mito”, o “messias”, aquele que salvaria a nação da corrupção e dos maus costumes, aproximaria o governo e o país à vida religiosa (religiosidade), que protegeria as riquezas naturais do país, que traria segurança e policiamento, e que venceria a ameaça comunista.

Outra diferenciação esteve no acesso à informação, que, na época do regime era marcada pelos órgãos de censura de informações e pela relação entre o Estado e a imprensa, que transmitiam notícias deturpadas na televisão, jornal e rádio de forma a favorecer o governo dos militares. São exemplos

a propaganda institucional “Governo Geisel –Trabalho e Paz”, transmitida na metade do ano de 1976, meio ao AI-5, que usava e abusava de símbolos patriotas e que comunicou ao povo brasileiro, um direcionamento e uma segurança à um futuro próspero e pacífico por meio da prática do trabalho – porém, também serviu à finalidade de encobrir e mitigar as práticas de perseguição, tortura e morte, que se fizeram presente, principalmente, no ambiente de trabalho fabril e que marcou historicamente a época.

Outro exemplo, esteve presente nas entrelinhas de objetivos invasivo e despreocupado de desenvolvimento do “milagre econômico”, através do desmatamento da Amazônia para a construção de rodovias federais. A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em parceria com jornais brasileiros, propagou, no início da década de 70, informações deturpadas pelas quais a Amazônia representaria uma ameaça, ou um inimigo, e que estaria sendo domada em nome de um avanço no desenvolvimento geral do país, abrindo rodovias e transformando a região em um paraíso de oportunidades. A imprensa glorificou o desmatamento, meio ao milagre econômico, por meio de revistas que comunicaram, por exemplo: “A Amazônia já era [...] e como isso nos orgulha” e “Aqui vencemos a floresta”.

Como resultado desta exploração e desmatamento, em 27 de agosto de 1972 foi fundada a rodovia Transamazônica (BR-230), que atravessa a área central do bioma Amazônia. Calcula-se que, com a construção da rodovia, 20% da Amazônia foi devastada e que aproximadamente 8 mil indígenas foram assassinados durante este processo (aproxima-se a despreocupação com a vida e dignidade dos indígenas, bem como, com a proteção do bioma Amazônia durante o período de governo Bolsonaro, como desenvolvido no subitem anterior).

A prática de fake news estiveram significativa evidência durante o governo Bolsonaro – avaliando tanto a sustentação de informações falsas, deturpadas e incongruentes propagadas pelos apoiadores do ex-presidente, quanto o próprio discurso público de Jair Bolsonaro que informou ao povo brasileiro dados e medidas sem comprovações reais, científica ou condizentes com a realidade. São exemplos destes: a sua associação da Covid-19 enquanto sendo apenas uma gripezinha; a informação de que a vacina geraria acúmulo de grafeno nos testículos; durante o período mais grave da pandemia indicou o uso de remédios ineficazes e sem critérios e aprovações científicas, como a hidróxicloroquina e ivermectina, para o tratamento da COVID-19; propagou a informação de que urnas eletrônicas não são seguras; nega a existência do golpe militar de 1964. São exemplos das fake news que buscaram desmoralizar a imagem do “inimigo externo”, depositada ao Partido dos Trabalhadores (PT), o discurso de que o candidato Lula aplicaria um golpe comunista na nação, e que ele iria congelar a poupança dos brasileiros. Por conta da velocidade e intensidade da propagação destas notícias, bem como, o direcionamento às motivações político-ideológicas, muitas pessoas de fato as acreditaram.

A partir de ambos os cenários apresentados, evidenciam-se diferenciações uma vez que, durante o regime militar, a mídia possuiu uma importante influência ao encobrir e deturpar informações acerca das

medidas desumanas impostas aos brasileiros, como os próprios atos de perseguição e tortura exercido pelos militares, possuindo a finalidade de alienar e assujeitar o povo, fazendo-o acreditar que não estavam passando por um momento de graves violações dos direitos humanos e da dignidade, como evidenciado nesta seção. No governo Bolsonaro, a mídia possui um papel de maior neutralidade, limitando-se a transmitir as medidas do ex-presidente de acordo com os fatos, servindo de forma desfavorável a este governo, uma vez que revelou ao povo todo o despreparo e despreocupação do político em relação a saúde, vida e dignidade, como exemplo, o aumento da violência policial, os mortos por COVID-19 pela negligência do governo, a destruição da Amazônia e mortes pelo garimpo, os discursos intolerantes, a propagação de fake news, dentre outros. Desta forma, a imagem do Bolsonaro era maior favorecida por grupos e apoio e pelas mídias sociais, que negavam os fatos comunicados pela mídia e acreditavam em notícias falsas transmitidas apenas em grupos de apoio – modificando a realidade de forma a favorecer o político.

Assim, analisa-se como o acesso à informação pela tecnologia acompanha o envolvimento do povo à uma vida política no momento atual, adentrando o engajamento de grupos de apoio por meio de mídias sociais como Facebook, WhatsApp e Instagram. Essa facilitação de comunicação virtual, onde centenas ou até mesmo milhares de pessoas conseguem participar, articular e fortalecer o mesmo tema simultaneamente, seguindo as mesmas motivações ideológicas, resultou em um maior fortalecimento da imagem de Jair Bolsonaro antes e durante a candidatura, o que se diferencia da visão do povo sob os presidentes militares. As ações e medidas do Bolsonaro foram sistematicamente validadas, defendidas e propagadas pelos grupos de apoio, ocasionando notícias deturpadas, crenças extremistas, e uma visão que impossibilitava que o ex-presidente cometesse qualquer possível equívoco dentre suas medidas. Assim evidenciamos que os próprios grupos de apoio bolsonaristas manipulavam a realidade, diferentemente do período do regime militar, onde este papel era assegurado pela mídia.

Por fim, outra diferenciação entre ambos os períodos esteve na resposta dos grupos e movimentos de apoio de cada período diante do fim de cada governo, destacando o radicalismo, extremismo e violência dos grupos de apoio de Jair Bolsonaro que, por uma decorrência de sua derrota na candidatura de reeleição no final de 2022, inspirou milhares de bolsonaristas a organizarem um ato de vandalismo ao Palácio do Planalto no início do ano de 2023 - acontecimento histórico que ficou conhecido como “Atos de 8 janeiro de 2023”, a tentativa de um golpe. O desencadeamento da agressiva manifestação se deu por conta de diversos fatores: o fato de Bolsonaro ter comunicado a fake news de que as urnas eletrônicas não são confiáveis, o que transmitiu aos seus grupos de apoio uma falta de aceitação de sua derrota; o fato de que estes grupos a favor do ex-presidente admitiam-no enquanto um ser “imbatível”, “salvador da pátria”, “o messias” (intensificado, principalmente, em grupos de mídias sociais, que louvavam a sua imagem e também transmitiam incontáveis fake news a respeito do cenário e das medidas políticas), dessa forma, com a sua derrota, este prejudicial vínculo de dependência entrou em um perigoso conflito de

não aceitação da realidade imposta, transcorrendo à um ódio depositado ao “inimigo externo”, e ocasionando a tentativa de um golpe contra o poder políticos que fora admitido pelas notícias deturpadas enquanto injusto ao “salvador” da pátria; analisando motivações e movimentos de defesa das massas, de maneira inconsciente, esse movimento cumpriria com o papel de “salvar o salvador”, pois as fake news alimentavam que o “líder salvador” estava sofrendo injustiças e precisaria ser salvo pelo “seu povo”; soma-se as demais fake news transmitidas a respeito de seu candidato adversário, Lula, que comunicavam que ele iria realizar um golpe comunista, ou que iria roubar a poupança dos brasileiros, dentre outras.

Os manifestantes contra a presidência de Lula utilizaram camisetas do Brasil, contudo, meio ao ato de invasão, destruíram dezenas de objetos centenários da nação, alguns trazidos pela própria família real - atos totalmente antidemocráticos e antipatriotas. Muitos permaneceram escondidos no Palácio do Planalto, enquanto centenas foram rendidos por policiais. Como forma de resposta às prisões e o envolvimento policial, bolsonaristas espalharam a fake news vinculando o ocorrido enquanto “o campo de concentração do Lula”. Por conta deste louvor depositado a imagem de uma figura política enquanto “imbatível”, “messias” e “salvador”, em soma aos dados e desdobramentos apresentados no subitem passado, está correto afirmar que a forma de manipulação da realidade, doutrinação e controle exercido pelo governo Bolsonaro sob a população possuiu sua base e estruturação mais próxima à um governo totalitário, do que propriamente do governo do regime-militar de décadas passadas do Brasil.

c) Maximização da exploração e negligência à saúde pública

Durante o governo dos militares, a economia organizou-se em uma lógica exploratória de acumulação predatória, com medidas que forçaram os trabalhadores à prática laboral formal nas grandes cidades e capitais. Por exemplo, o Presidente Castelo Branco (1964) implementou medidas que: (1) tornaram instável o trabalho no meio rural, prejudicavam o processo de crescimento de pequenas e médias empresas, tornando apenas estável e seguro o trabalho laboral em empresas multinacionais localizadas no ambiente urbano; (2) proibiram a greve (“lei antigreve”) e desarticularam sindicatos de trabalho (futuramente, foram proibidos); (3) estagnaram o salário mínimo em um valor exploratório. Este cenário de exploração econômica se fez presente durante todo o período de vigência do AI-5, aprofundado na pesquisa anterior (ver STREIT e BAVARESCO, 2023, p. 4 – 11).

Durante o período do AI-5, houve a substituição sistemática de civis por militares nos cargos chefes no ambiente fabril, o que aumentou a vigilância e repressão, levando a um ambiente de medo e constante ameaça aos trabalhadores. Isso também resultou em um aumento da tortura, prisões ilegais, perseguições e mortes (ver Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 67 e 68).

Além disso, o acesso à saúde pública foi excludente no Brasil meio a estruturação do INAMPS (1977 a 1985), que delimitou o acesso por meio da coleta de pagamentos previdenciários mensais dos trabalhadores formais. Isso negou acesso a saúde àqueles que não tinham emprego

formal (trabalhadores do meio rural, profissionais liberais autônomos, trabalhadores informais, desempregados e aqueles incapazes de arcar com estas contribuições) forçando o trabalho formal como uma questão de sobrevivência (ver STREIT e BAVARESCO, 2023, p. 15). Isso se torna ainda mais preocupante através de dados sobre tortura, morte no ambiente fabril e a estagnação do salário mínimo sem reajustes, que acompanharam a realidade do trabalho formal.

Como consequência desta restrição à saúde, milhares de brasileiros morreram por causas evitáveis, principalmente relacionada a saneamento básico, desnutrição e doenças desenvolvidas por vermes e bactérias. A respeito destes dados, segundo uma publicação de Soares, de 1977 (também referenciada na pesquisa passada), meio ao AI-5, 100 mil pessoas morriam por ano por tuberculose e, dentre eles, apenas 10% eram tratados, além disso:

No Brasil, 72% dos que morrem no país têm menos de 50 anos e 46,5% são crianças menores de quatro anos [...]. Nos últimos cinco anos [1973-77] em todo o Brasil, 1.417.500 crianças morreram por causas evitáveis, associadas à desnutrição e à falta de saneamento, como difteria, coqueluche, sarampo, tétano, poliomielite e doenças diarreicas [...] [em 1973] 89% dos estudantes de todo o Estado de São Paulo eram portadores de parasitas intestinais [...] [em 1977] no Rio Grande do Sul, 1 milhão das 2,6 milhões crianças do estado são desnutridas. No Nordeste o índice de desnutrição infantil se eleva a 65% (SOARES, 1977, p. 39 e 40).

Outra problemática sobre saúde, avaliando o período em análise da ditadura civil-militar, diz respeito ao desaparecimento de civis torturados pela prática de ocultamento de cadáveres, a qual revela graves violações ao direito à personalidade – incluindo direito à vida, honra, dignidade e direitos sob o corpo vivo ou morto. De acordo com o relatório final da CNV, 210 brasileiros continuam desaparecidos devido à desaparecimentos forçados por militares (ver Comissão Nacional da Verdade, 2014).

O governo de Jair Bolsonaro foi marcado pela despreocupação e despreparo meio ao estado de pandemia, que acompanhou os últimos 3 anos de governo, o que lhe rendeu o título popular de genocida. Segundo o site de notícias Conexão UFRJ, a partir do estudo realizado em uma parceria entre a UFRJ, Uerj e USP, destacou a negligência do governo na adoção de medidas não farmacológicas no tratamento da COVID-19 nos dois primeiros anos de pandemia (2020 e 2021), e que resultou em 120 mil mortes evitáveis. Como apresenta a publicação e o estudo:

A partir desses dados, os pesquisadores da UFRJ, Uerj e USP estimaram que cerca de 120 mil vidas poderiam ter sido salvas se uma política efetiva baseada em medidas não farmacológicas tivesse sido implementada [...]. Brasileiros e brasileiras que morreram pela negligência (CORREIA, 2021).

Segundo um depoimento de Carlos Murillo - gerente-geral da farmacêutica Pfizer na América Latina, coletado em 13 de maio de 2021,

o governo de Jair Bolsonaro rejeitou três ofertas de 70 milhões de doses da vacina Pfizer/BioNTech ao Brasil em dezembro de 2020. Segundo o epidemiologista Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas (RS), se calculam um número de pelo menos 95 mil mortes evitáveis por uma consequência direta deste atraso de três meses do processo de vacinação.

Além disso, o ex-presidente minimizou a gravidade da COVID-19 em um comunicado em 20 de março de 2020, chamando-a de “gripezinha”. Esse discurso contribuiu para a desobediência às medidas preventivas de saúde (ver STREIT e BAVARESCO, 2023, p. 26) e desestimulou o isolamento social, levando a mais contaminações e mortes no país. Também comunicou um incentivo para que os brasileiros não ficassem em casa (lockdown) e para que não cessassem com as atividades trabalhistas (maximização da produtividade).

A reforma da previdência, estruturada no governo de Bolsonaro (2018-2019) estabeleceu a aposentadoria a partir de uma relação entre o tempo de contribuição em soma a metade da idade do indivíduo. Assim, aquele iniciou o trabalho formal tardiamente poderia vir a se aposentar depois de muito idoso, ou nunca se aposentar. Esta foi uma estratégia para estender, de maneira forçada, o máximo envolvimento do cidadão à vida trabalhista de maneira indigna, ao mesmo tempo em que se reduziram os direitos básicos de saúde e bem-estar do trabalhador, como esclarece Boschetti:

Ao reduzir os direitos de aposentadoria, seguro-desemprego, seguro-saúde, reduzem a participação do Estado Social na reconstituição física da força de trabalho e obrigam a classe trabalhadora a se oferecer ao mercado a qualquer custo e em qualquer condição (BOSCHETTI, 2018, p. 159).

Houveram também práticas que se aproximaram a ocultação de cadáveres no governo Bolsonaro, iniciando pelo descumprimento do comunicado da 4ª resolução da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), de 2020, que avaliou, na seção 12: “Orientações sobre o Luto e os Direitos dos Familiares das Vítimas Falecidas por COVID-19” (tradução livre). Foi comunicado, nos itens 50 e 51:

50. As pessoas familiares das vítimas falecidas por COVID-19 têm o direito de que sua integridade pessoal e saúde mental sejam respeitadas, sendo de especial importância que possam receber informações dos prestadores de saúde sobre a situação de seus entes queridos. As bases de dados das pessoas afetadas e de seus familiares nos hospitais contribuem para garantir sua identificação e facilitar o contato, e mesmo em casos de emergência, eles possam dar seu consentimento prévio, livre e informado em relação ao tratamento médico. Além disso, os Estados devem garantir condições para o repatriamento dos corpos de pessoas em mobilidade, bem como o direito à informação por parte dos consulados da nacionalidade das pessoas falecidas e de seus familiares.

51. Para que as pessoas familiares possam ter certeza sobre o destino e paradeiro de seus entes queridos quando falecem como resultado do COVID-19, é necessária a adoção de procedimentos que permitam sua identificação [...] também proíbe a incineração dos restos das pessoas falecidas por COVID-19 que não tenham sido identificadas (Comissão Interamericana de Direitos

Humanos, 2020, p. 12, tradução livre).

Reflete-se como este comunicado não se fez presente dentro das medidas do governo e as organizações de ordem jurídicas – logo nas primeiras semanas de pandemia no Brasil, entrou em vigência a Portaria Conjunta Nº 1 de 30/03/2020, cuja emenda: “Estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento e cremação de corpos durante a situação de pandemia do Coronavírus”. E seus escritos estiveram em desencontro ao importante comunicado da CIDH, especialmente a respeito da ilicitude da prática da cremação – este documento permaneceu sem reajustes impactantes durante toda a realidade da pandemia. Outros exemplos são os incisos 1 e 2 do Artigo 1º da Portaria Conjunta Nº 1, que advertem:

§ 1º O prontuário de atendimento em casos de internação hospitalar no período da pandemia deverá ser feito com especial cuidado com a identificação do paciente anotando-se, quando possível, os números dos documentos disponíveis, juntando-se suas cópias e declarações corretas do paciente ou de seu acompanhante quanto a sua identidade.

§ 2º Quando da emissão da Declaração de Óbito/DO de pessoa não identificada, devem os serviços de saúde, na medida das suas possibilidades, anotar na declaração a estatura ou medida do corpo, cor da pele, sinais aparentes, idade presumida, vestuário e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento, além de providenciar, também se for possível, fotografia da face e impressão datiloscópica do polegar que deverão ser anexados à Declaração de Óbito e arquivados no estabelecimento de saúde, juntamente com o prontuário e cópia de eventuais documentos (Poder Judiciário, 2020, marcações realizadas pelos pesquisadores).

Os termos como “quando possível”, “na medida das suas possibilidades” e “se for possível” tornam erroneamente flexível e despreocupada a relevância do registro, da documentação e identificação dos corpos dos falecidos pela COVID-19, uma vez que a CIDH havia comunicado enquanto necessária.

A Portaria Conjunta abriu o Artigo 1º com o comunicado sobre a possibilidade de cremar ou enterrar os falecidos que não estejam no controle dos identificadores – pais ou conhecidos. Criam-se incongruências, uma vez que a CIDH comunicou a ilicitude da incineração (cremação) de pessoas não identificadas, além do fato de que presença de documentação do morto se tornou facultativa (conforme os incisos 1 e 2 acima), e autoriza-se um processo de cremação sem registros, testes genéticos, documentação ou lavratura prévia torna-se, desta forma, impossível a recomposição da identidade do morto. Como consta o início do Artigo 1º:

Autorizar os estabelecimentos de saúde, na hipótese de ausência de familiares ou pessoas conhecidas do obituado ou em razão de exigência de saúde pública, a encaminhar à coordenação cemiterial do município, para o sepultamento ou cremação, os corpos sem prévia lavratura do registro civil de óbito (Poder Judiciário, 2020).

Como consequência desta má organização político-jurídica, um

número incalculável de brasileiros mortos permanece sem identificação, funeral e um rito de passagem digno. Aproxima-se ao período em destaque da ditadura por conta das famílias que não tem recursos para encontrar o corpo do falecido – na ditadura, por conta dos 210 corpos de torturados desaparecidos, e no governo Bolsonaro, pelos incontáveis mortos por COVID não identificados que foram incinerados ou enterrados em valas comuns.

Neste capítulo retratou-se a análise histórica e a aproximação dos dois períodos estudados. O próximo capítulo irá apresentar as estruturas de domínio psicológico durante o período do governo Bolsonaro, com ênfase nos fenômenos grupais em seu apoio em diferentes momentos, imposições e medidas.

2 - Dominação psíquica nas inserções grupais: Vertentes da Psicologia

Apresentam-se três teorias de diferentes vertentes da Psicologia para elucidar os impactos psíquicos em inserções grupais nocivas. Organizam-se os constructos teóricos em uma ordem crescente e complementar a respeito de direcionamentos e dependências estabelecidos meio a este grupo – o que é concebido ao sujeito meio ao ingresso grupal, em uma relação à abdicação de sua autoconsciência e criticidade; esperanças compartilhadas, estruturação de vínculos de dependência e ódio ao inimigo externo; compartilhamento de uma visão enviesada da realidade entre o grupo, almejando a sua manutenção e defesa.

a) Psicanálise freudiana e Psicologia das Massas

O psicanalista, psiquiatra e neurologia austríaco, Sigmund Freud, desenvolve no texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, de 1921, seu constructo psicanalítico para compreender a inerente relação do sujeito, do seu meio e de suas relações interpessoais, servindo como objeto de pesquisa psicanalítica do paciente. Ele realiza um aprofundamento psicanalítico sob os estudos do psicólogo e sociólogo francês Gustave Le Bon, a respeito da teoria da Psicologia das Massas e alma coletiva, para analisar como a consciência, a autonomia e o comportamento do ser humano são fortemente afetados meio ao contexto de massas:

O simples fato de se terem transformado em massa os torna possuidores de uma espécie de alma coletiva. Esta alma os faz sentir, pensar e agir de uma forma bem diferente da que cada um sentiria, pensaria e agiria isoladamente. Certas ideias, certos sentimentos aparecem ou se transformam em atos apenas nos indivíduos em massa. A massa psicológica é um ser provisório, composto de elementos heterogêneos que por um instante se soldaram [...]. Na massa, acredita Le Bon, as aquisições próprias dos indivíduos se desvanecem, e com isso desaparece sua particularidade [...] o heterogêneo submerge no homogêneo (FREUD, 2011, p. 13 e 14).

Le Bon identifica três razões fundamentais para a incorporação de novas características por meio da pertença a massas:

Poder Invencível: A primeira razão refere-se ao sentimento de “poder invencível” que as massas proporcionam aos indivíduos. Sob a influência do coletivo, os instintos reprimidos anteriormente podem emergir, levando o indivíduo a se libertar das amarras de impulsos inconscientes. Ao fazer isso, o sujeito pode reduzir seu senso de responsabilidade e, assim, adquirir um senso de poder e liberdade. Esse poder é obtido ao desvincular a responsabilidade individual em favor do poder coletivo e inconsciente da massa.

Contágio Mental: A segunda razão envolve o fenômeno do “contágio mental”. Quando inserido em uma massa, tudo o que um indivíduo pensa e faz se torna contagioso. Os atos e sentimentos de um indivíduo são influenciados e podem ser modificados, deformados, simplificados ou abandonados em favor das necessidades coletivas. Isso cria uma contradição entre a subjetividade do indivíduo e a natureza uniforme da massa, na qual o indivíduo só se sente capaz de agir como parte do coletivo.

Sugestionabilidade: A terceira razão é a sugestionabilidade psicológica exercida pelas massas. Le Bon argumenta que, sob a influência da massa, os indivíduos aceitam sugestões de maneira acrítica e desconsideram sua personalidade consciente. Não existe mais um filtro que leve em conta os interesses e motivações pessoais do sujeito, e ele abdica de sua capacidade de fazer escolhas e julgamentos independentes. O sujeito se torna suscetível às sugestões impostas pelo contexto da massa, agindo como se estivesse hipnotizado, seguindo cegamente os comandos da mente coletiva:

As características aparentemente novas, que ele então apresenta, são justamente as manifestações desse inconsciente, no qual se acha contido, em predisposição, tudo de mau da alma humana. Não é difícil compreendermos o esvaecer da consciência ou do sentimento de responsabilidade nestas circunstâncias (FREUD, 2011, p. 15).

b) Psicologia dos Grupos e os pressupostos básicos de Bion

O psicanalista britânico Wilfred Ruprecht Bion foi um dos pioneiros em dinâmica de grupos, e seus estudos, grande parte publicados na década de 60, contribuíram à estruturação da subárea de Psicologia, denominada Psicologia dos Grupos. Enquanto psicanalista, referenciou os constructos de Freud, e seu texto *Psicologia das Massas e a Análise do Eu*, de 1921, descrito anteriormente.

Primeiramente, o que atrai a atenção do autor enquanto uma possível inspiração e expansão em seu constructo sobre grupos de trabalho e espíritos de grupos, diz respeito a uma realidade negativa em que a experiência de grupo está em desacordo com a capacidade de cada indivíduo em contribuir com suas individualidades, bem como a ausência do reconhecimento de limites de cada membro e incapacidade de lidar com descontentamentos frente ao grupo. A observação deste fenômeno o inspirou ao desenvolvimento do estudo da mentalidade de grupos.

A partir de uma influência da psicanálise freudiana, Bion estabelece a mentalidade de grupos enquanto uma expressão das vontades unânimes do grupo pela qual o sujeito, envolvido na realidade grupal, as segue inconscientemente, de forma a não se dar conta. A partir destas vontades impostas pelo grupo, qualquer movimento do sujeito, seja um pensamento ou ação, que esteja em desacordo com as imposições grupais, ou “padrões de comportamento”³ grupal, o condena a um sentimento desagradável como se, inconscientemente, fosse culpado por um possível fracasso do grupo. Entende-se que tanto as vontades do grupo se organizam a partir de uma influência inconsciente, quanto o próprio impacto à realidade do sujeito também é experienciado inconscientemente por ele.

A partir dessa influência negativa da realidade grupal, o autor descreve três padrões de comportamento que se fazem presentes meio as vontades do grupo e a mentalidade grupal, denominando-os enquanto pressupostos básicos⁴. O primeiro diz respeito a dependência, que está relacionado a incapacidade de o grupo enfrentar emoções sem a presença de um líder, que assume valor enquanto um ser onipotente e onisciente, assim como, a responsabilidade por tudo o que ocorre dentro do grupo. O autor associa essa posição de liderança enquanto um papel messiânico, ou divino, e que assume um valor simbiótico, protetivo e paterno ao grupo, e quando desconfigura-se esse papel por algum motivo, é possível recorrer a explicações fantasiosas para justificar os fatos e então manter esta posição de divindade coesa. Os grupos que agem conforme esse padrão, costumam disputar entre si pela atenção do líder, e consideram as suas experiências pessoais como insatisfatórias e insuficientes para lidar com a realidade e, dessa forma, os sentimentos comuns são de frustração e inadaptação a vida, a realidade, a sentimentos, a experiências e motivações pessoais.

O segundo padrão é o de acasalamento (também traduzido como “pareamento”), nesse cenário, é depositada a esperança de que dentro do grupo, futuramente, serão atendidas todas às necessidades pessoais dos membros do grupo, associando a uma esperança messiânica. Essa esperança grupal pode tanto ser investida a uma pessoa, ideias e ideais, quanto em seu conjunto, e atribui-se o valor ao novo líder enquanto “uma pessoa perfeita”, novamente, atribuindo um valor divino, ou “para além do homem”. Na medida em que essa esperança fantasiosa é compartilhada dentre os membros do grupo, ocorre uma troca de prazeres ou comprazimento – processo psíquico inconsciente da busca pelo aumento do prazer e diminuição do desprazer (sofrimento, dor) ocorrendo por meio da troca e, por conta disso, o autor relaciona ao termo “acasalamento”. Segundo Bion, esse valor messiânico destinado ao futuro é, na verdade, um sentimento de ódio, negação e destrutividade em relação a um outro grupo, traduzidos da

3 O autor realiza esta associação enquanto “padrões de comportamento” a partir da influência de autores da biologia e da teoria psicológica do Behaviorismo.

4 Os pressupostos básicos possuem uma forte influência no texto *Psicologia das Massas e a Análise do Eu*, na medida em que busca abranger, justamente, quais as instâncias e motivações o inconsciente grupal atravessam a mente do ser “assujeitado” ao grupo – o que Gustave Le Bon e Freud relacionam ao estado de hipnose, um ser que possui sua identidade totalmente submissa ao grupo, como um ser hipnotizado.

origem de um desejo de “autodestruição das experiências ou da realidade em que o grupo vivia”⁵ - uma insatisfação. Os sentimentos comuns são de esperança meio ao foco a idealizações futuras, também sentimentos de ódio e destrutividade ao que não é pertencente ao grupo (pessoas, ideias, ideais, ideologias, crenças religiosas, posicionamentos políticos, dentre outras possíveis representações).

Por fim, o padrão luta ou fuga diz respeito a crença da existência de um inimigo externo que almeja o fim do grupo. Em resposta, os membros agem como se continuidade, ou a conservação do grupo fosse mais relevante do que o bem-estar individual, se colocando em disposição a combater o inimigo externo ou a fugir dele – estabelecendo uma forma primitiva de evitar o desconforto emocional. Nesse cenário, o líder do grupo recebe um valor enquanto um “líder imbatível” pelos demais membros, depositando nele a capacidade de vencer qualquer embate ao inimigo externo. Os sentimentos comuns são ansiedade (luta ou fuga) e a presença da idealização aos poderes do líder.

c) Psicologia Cognitiva e Comportamental: dissonância cognitiva de Festinger

A teoria da dissonância cognitiva foi criada em 1957 pelo psicólogo Leon Festinger, postula que o cérebro processa elementos de conhecimentos em pares de conexões. Essas conexões são divididas enquanto relevantes uma para a outra, ou irrelevantes - neste segundo caso naturalmente são descartadas. A dissonância cognitiva ocorre a partir de pares de cognições que são avaliados enquanto relevantes:

Se duas cognições são relevantes uma para a outra, elas são consoantes ou dissonantes. Duas cognições são consoantes [quando se complementam, fazendo sentido em sua junção], e são dissonantes caso [ocorra o oposto, onde as duas cognições se contradizem]. A existência da dissonância, sendo psicologicamente desconfortável, motiva a pessoa a reduzir a dissonância e leva a evitar informações sujeitas [ao aumento da] dissonância. [...] [Dentro desse processo, quanto mais] importante for a dissonância, maior a sua magnitude [...]. Quanto maior a magnitude da dissonância, maior é a pressão para reduzir a dissonância. (HARMON-JONES, 2019, p. 3 e 4, tradução livre)

Assim elucidado, dissonância cognitiva pode ser entendida como um “estado de desconforto que ocorre quando temos crenças ou comportamentos inconsistentes”. Segundo Festinger, existem 4 maneiras de o sujeito reduzir a dissonância indesejada: negar a dissonância cognitiva; reduzir a importância da dissonância cognitiva; adicionar uma nova cognição consoante; aumentar a importância de uma cognição consoante. Todas essas ferramentas podem ser aplicadas em uma cognição como também, por vezes, podem ser aplicadas em ambas, e sua funcionalidade pode auxiliar tanto a reverter a dissonância, quanto a fortalecê-la - dependendo da maneira como

5 Pode-se relacionar ao fenômeno da transferência, presente na psicanálise freudiana.

a cognição é ressignificada. Assim posto, podemos visualizar que existem maneiras de reduzir a dissonância cognitiva justamente ao reforçar que as duas cognições que se contradizem, na verdade, fazem sentido juntas – dessa forma, o sujeito busca por recursos para sustentar suas crenças de que cognições contrárias (contradições, mentiras) na verdade fazem sentido juntas.

O exemplo clássico estabelecido pelo autor em 1957, diz respeito a dissonância cognitiva evocada na mente do tabagista. Nesse esclarecimento do autor, o sujeito que está ciente de que seu hábito de fumo é maléfico à saúde, mas o sustenta mesmo assim, resulta, por consequência, na dissonância cognitiva, pois ambas as cognições na vida do sujeito se contradizem – estar ciente de que o uso faz mal à saúde; permanecer na manutenção do uso. Avaliando esse caso, a maneira de reduzir a dissonância seria, em um primeiro plano, ressignificar a incongruência da manutenção desse uso: (a) adicionar uma nova cognição consoante, uma vez que o sujeito decide parar de fumar, e como consequência as duas cognições se tornam congruentes, ou consoantes, entre si: - “Não fumo, porque faz mal à saúde”; (b) aumentar a importância da cognição consoante, uma vez que passa a pensar que se parar de fumar, pode ter uma melhor qualidade de vida a longo prazo.

Em um segundo plano, é possível trabalhar com a redução da dissonância e, ao mesmo tempo, fortalece-la e sustenta-la de diversas formas: (a) exercendo essa função ao negar e ao eliminar a dissonância, uma vez que ele se convence de que fumar não faz mal; (b) reduzindo a importância da dissonância, uma vez que o sujeito passa a avaliar que está tudo bem em fumar, porque andar de carro é tão perigoso à vida quanto este hábito; ou então, reduzindo a importância ao avaliar que não é tão maléfico fumar pois, ele ainda é muito jovem, ou porque não fuma com muita frequência; (c) adicionando uma nova cognição consoante, ele pensa que através do tabagismo perderá peso; então, as duas cognições se tornam congruentes: - “Está tudo bem em fumar, porque quero perder peso”; (d) aumentando a importância de uma nova cognição, ele pensa que a sensação do uso do tabaco é de grande valor para a vida dele: - “Está tudo bem em fumar, porque é uma sensação muito importante para mim”.

A partir do esclarecimento sobre a dissonância cognitiva, podemos avaliar sua presença negativa nas relações humanas e na busca por informações, avaliando uma dificuldade em filtrar conteúdos verdadeiros e com embasamento científico daquele contaminado por informações falsas e motivações pessoais e ideológicas deturpadas, por exemplo, o atual fenômeno das fake news. Essas informações incongruentes podem ser validadas por um desejo de que a realidade se molde daquela forma, avaliando ideologia, posicionamentos políticos, crenças ou motivações pessoais. Soma-se a inserção de grupos, que estimula os membros a pensar e agir de forma homogênea, aceitando e propagando com maior facilidade as fake news – aproximando ao constructo de Le Bon sobre alma coletiva. Exemplos incluem grupos ideológicos que apoiam e idolatram, de maneira inquestionável, uma figura política, ignorando contradições em suas ações e discursos, acreditando que tudo é congruente - assim, estabelece-se as dissonâncias. Outro exemplo, trata-se do atual fenômeno das fake news e do

negacionismo (onde nega-se e elimina-se a dissonância).

A partir das reflexões deste capítulo, podemos identificar que um grupo despreocupado com a individualidade e a autonomia singular de seus membros, bem como, com limites e espaços de descontentamento, tende a negligenciar a relevância e a totalidade da vida dos membros. Desta forma, tende a direcionar a energia e potencial grupal para idealizações compartilhadas – como um líder messiânico, promessas fantasiosas de futuro e cumprimento de demandas. O ingresso ao grupo se consolida por conta do que lhes é adquirido – espaço para externalizar instintos adormecidos (poder invencível); pertencimento, formas homogêneas de pensar e de agir, validações e sentimentos compartilhados (alma coletiva e contágio mental); direcionamento acrítico de ações e pensamentos, por vezes, não condizentes com a realidade (sugestionabilidade e dissonância cognitiva). O grupo passa a considerar eventos externos como irrelevantes ou como uma ameaça, visto que as promessas de futuro fantasiosas foram idealizadas dentro do grupo – instituindo uma lógica de dependência e danos à autoconsciência.

3 - RESULTADOS - OBJETIFICAÇÃO DAS MENTES INTERSUBJETIVAS EM CONTEXTOS DE DOMINAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA NO GOVERNO BOLSONARISTA

A partir das evidências dos dois momentos históricos – as medidas do governo e a organização e motivação de seus grupos de apoio, aproximam-se as formas de controle e os danos causados a mente humana e a autoconsciência a partir das vertentes e teorias da Psicologia apresentadas na pesquisa. Iniciando pelo constructo de Bion sobre pressupostos básicos, aproximando sobre como se organizaram os grupos de apoio bolsonaristas seguindo, justamente, todos os três pressupostos básicos - antes, durante e depois da regência do ex-presidente:

(1) Dependência, presente pela incapacidade de existir o grupo sem a presença deste líder, e ao associá-lo enquanto um ser messiânico, um papel divino onipotente dentro do grupo, e com um valor simbiótico, protetivo e paterno. Como consequência deste valor de segurança e proteção concebido ao líder, a vida pessoal dos membros do grupo, segundo Bion, pode ser entendida enquanto insuficiente, em uma insatisfação e inadaptação à vida e à realidade, o que pode justificar o fato de muitos bolsonaristas não acreditarem nas notícias transmitidas em televisão, jornais, revistas, rádios e preferirem acreditar em notícias deturpadas (fake news) transmitidas dentro do grupo ou pelo próprio ex-presidente;

(2) Acasalamento, evidenciado, principalmente, durante os primeiros movimentos à consolidação do bolsonarismo, em 2018, originando-se por um sentimento de esperança compartilhado por entre o grupo e que idealizava um país sem corrupção, depositando à imagem do Bolsonaro um valor messiânico, como um “ser perfeito”, e a crença de que todas as necessidades do povo brasileiro seriam finalmente atendidas. Esse movimento, segundo Bion, é a tradução de um sentimento de ódio e destrutividade a um grupo inimigo, neste caso, depositado ao Partido dos Trabalhadores (PT), visto as

acusações de corrupção pela Operação Lava Jato a partir do ano de 2016 que inspirou a alternativa messiânica de governo ao Bolsonaro;

(3) Luta ou fuga, pela crença compartilhada pelo grupo de que existe um “inimigo externo” e que precisa ser aniquilado, neste caso, depositado à imagem do PT – antes, durante e após a candidatura de Bolsonaro (na candidatura de 2018, durante a tentativa de reeleição em 2022 e também a partir de sua derrota, originando os Atos de 8 de Janeiro, em 2023). Desta forma, o grupo idealiza poderes ao líder, admitindo-o enquanto um “líder imbatível”, o que pode ser evidenciado, principalmente, pelo choque e perda de estruturas que significou a sua derrota em 2022 pelo presidente Lula, inspirando vandalismo, ódio e destruição ao planalto (simbolicamente, estariam destruindo o “inimigo externo”, uma vez que as fake news comunicaram que houve injustiça e deturpação no processo de votações, e que determinaram a vitória do presidente Lula).

Desta forma, segundo Bion, a mentalidade de grupos cumpriu a função de tencioná-los a sentirem incomodados ou desconfortáveis caso pensassem ou agissem no sentido contrário desta mentalidade imposta inconscientemente.

Aproximando a teoria de Festinger, o fenômeno das fake news pode ser entendido como uma dissonância cognitiva, uma vez que as informações deturpadas em forma de notícias são dissonantes e seguem sendo sustentadas por motivações ideológicas, evidenciando dissonância cognitiva à mente. Ao divulga-las em massa e em grande velocidade, as notícias falsas acabam por ganhar espaço e serem validadas, justamente, porque grupos de apoio querem acreditar em algo que não é verídico como forma de exercício político – valorizando as medidas de Bolsonaro e invalidando qualquer outro discurso que o afronte. Ou seja, a dissonância cognitiva, neste caso, é sustentada em nome da ideologia política e engrandecimento da imagem do líder político.

Por fim, apresenta-se os Atos de 8 de Janeiro em uma aproximação das 3 teorias da Psicologia, iniciando pelo constructo da alma coletiva de Le Bon, a qual Freud realizou interpretações psicanalíticas. Segundo a Le Bon e Freud, o ser em meio a massa torna-se envolto da alma coletiva, que o assujeita em sua forma homogênea de pensar, agir e sentir – como se a junção de pessoas a um grupo forma-se um novo ser, estruturada de forma homogênea. Inserido a massa, segundo os autores, o ser perde totalmente a sua consciência (associando-o enquanto um ser hipnotizado), em troca recebe três ganhos e facilidades pessoais: contágio mental; poder invencível; sugestibilidade.

Relacionado os Atos de 8 de Janeiro com esses três ganhos e facilidades, podemos refletir que os sujeitos meio aos atos de vandalismo: (1) estiveram sob o contágio mental, uma vez que atos e sentimentos tornaram-se contagiosos de maneira homogênea ao interesse singular da massa (“o novo ser”) – abdicando as necessidades subjetivas, em favor apenas da necessidade coletiva, direcionando-os sentimentos de destrutividade e aos atos de vandalismo; (2) receberam o poder invencível, uma vez que o movimento grupal possibilitou a libertação de instintos inconscientes antes silenciados e controlados, neste caso, instintos primitivos de destruição,

possibilitando-os ir para além do medo moral uma vez que a massa aceita e valida os instintos ruinosos evocados, isentando os manifestantes de qualquer responsabilidade (3) assujeitaram-se a sugestionabilidade da massa, interagindo de forma a desconsiderarem a tomada de decisão, racionalidade ou abertura à tomada de consciência, aceitando apenas as imposições do direcionamento da massa, ou seja, a sugestionabilidade inspirou demais pessoas e reprodução do comportamento destrutivo.

Podemos integrar também os constructos de Festinger e Bion sob os Atos de 8 de Janeiro, analisando o fenômeno que inspirou a manifestação e incentivou o ideal de insatisfação e vandalismo que acompanhou este ataque ao planalto. Iniciando por Festinger e a dissonância cognitiva, avaliamos que por consequência das fake news, muitos dos bolsonaristas não aceitaram a derrota do ex-presidente, acreditando que ele não teria de fato perdido a candidatura, e sim, sofrido um boicote – essa crença foi fortalecida, principalmente, pelo próprio discurso do Bolsonaro que comunicou que as urnas eletrônicas não são confiáveis, incentivando os seus apoiadores a contestar a sua derrota. Assim, avaliamos que os manifestantes dos atos de vandalismo ao Palácio do Planalto estavam acometidos pela presença da dissonância cognitiva, fortalecida por fake news e interesses ideológicos. Aproxima-se, também, ao constructo do Bion sobre luta ou fuga, presente nos três pressupostos básicos, uma vez que os manifestantes realmente acreditaram que estariam “defendendo o salvador da nação” por meio da destruição do planalto, pois o envolvimento incisivo e extremista associado à imagem do Bolsonaro em suas vidas enquanto um “líder imbatível” e ser messiânico instaurou uma crença que impossibilitaria qualquer derrota. Neste momento, ao ser derrotado, perderam-se estruturas e abriram-se portas a descrença aos fatos e o incentivo às fake news de que ele não teria de fato perdido. Ao destruir o planalto, estariam comunicando um ideal de justiça ao líder imbatível - estariam defendendo quem sempre os defendeu.

Os fatos apresentados comprovam as estruturações de controle e uma perigosa devoção ideológica no período de presidência de Bolsonaro, que marcou um momento histórico enquanto um governo autoritário, que permanece em investigações criminais e que tornou o ex-presidente ineleável. Por fim, avalia-se a possibilidade dos grupos nocivos bolsonaristas idealizarem um novo líder messiânico, aguardando um novo candidato a ocupar este papel idealizado, bem como, a cumprir com todas as demandas idealizadas dentro do grupo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e Estudantes Contra a Ditadura: 1968 no Brasil. São Paulo: Margem Esquerda, 2007.
- BORGES, Adriana Cristina; NORDER, Luiz Antônio Cabello. Tortura e Violência por Motivos Políticos no Regime Militar no Brasil. VII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas - EL, Paraná, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/AdrianaCBorges.pdf>>
- BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. 57ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária. PL 191/2020, 2023.

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Atividade Legislativa - Projetos de Lei e Outras Proposições. PL 191/2020, 2023.
Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1855498&filename=PL%20191/2020>
- COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Derechos humanos de las personas con COVID-19 - Resolución 4/2020. Washington D.C.: OEA, 2020. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-4-20-es.pdf>>
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Arquivo Nacional - Centro de Referências Memórias Reveladas. Relatório da CNV - Volume II - Textos Temáticos - Texto 2 - Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>
- CORREIA, Carol. Quantas mortes poderiam ter sido evitadas durante a pandemia?. Rio de Janeiro: Conexão UFRJ, 2021. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2021/07/quantas-mortes-poderiam-ter-sido-evitadas-durante-a-pandemia/>>
- FREUD, Sigmund. Freud (1920-1923) - Obras Completas Volume 15 - Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HARMON-JONES, E.; MILLS, J. An introduction to cognitive dissonance theory and an overview of current perspectives on the theory. Harmon-Jones, E., Cognitive dissonance: Reexamining a pivotal theory in psychology (p. 3-24). Massachusetts, EUA: American Psychological Association, 2019.
- PAULA, Nilson Maciel de; ZIMMERMANN, Silvia A. A insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no brasil. Santa Catarina: Revista NECAT, 2021.
- PODER JUDICIÁRIO. Conselho Nacional de Justiça. Portaria conjunta nº 1, de 30 de março de 2020, 2020. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3264>>
- RAMOS, Adriana. Amazônia Sob Bolsonaro. Santiago, Chile: Aisthesis, nº 70, p. 287-310, 2021.
- SILVA, Everton Melo da; BIZERRA, Fernando de Araújo. A violência estatal como o modus operandi do estado no brasil. Tocantins: Humanidades & Inovação, 2021.
- SOARES, Luiz Eduardo. Vendendo a Saúde - O INPS e a Seguridade Social (segunda e última parte). Saúde em Debate, Rio de Janeiro, volume nº 2, exemplar nº 1, p. 37-47, janeiro, fevereiro, março, 1977.
- STREIT, Henrique; BAVARESCO, Agemir. O trabalho no processo de dominação psicossocial, durante a ditadura civil-militar (1969-1979), a partir da biopolítica de Foucault. Opinião Filosófica, Porto Alegre, V.14, p. 1-28, 2023.